



Governo do Distrito Federal

Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Departamento de Compras

Divisão de Licitações e Contratos

Comunicado - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Referência: Pregão Eletrônico nº 024/2024 – DECOMP/DA

Objeto: Registro de Preços visando eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos para parques infantis, para suprimento da demanda de várias Regiões Administrativas, em todo o Distrito Federal, a serem entregues na Sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, localizada no Setor de Áreas Públicas, lote B, Guará/DF, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência e Edital e seus anexos.

1. DA INTRODUÇÃO

- 1.1. O Pregão Eletrônico nº 024/2024 – DECOMP/DA teve o seu edital publicado no dia 23 de agosto de 2024, com abertura do certame prevista para o dia 09 de setembro de 2024, às 09:00h
- 1.2. No dia 04 de setembro de 2024, foi apresentado o presente pedido de impugnação, conforme documento (150367702).

2. DA TEMPESTIVIDADE

- 2.1. Primeiramente, cumpre esclarecer que a presente impugnação está sendo apresentada fora do prazo estipulado no edital. Contudo, ressalta-se que, embora intempestiva, a impugnação se fundamenta nas disposições da legislação vigente e do Instrumento Convocatório.

3. DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

- 3.1. Em se tratando de aspecto eminentemente técnico, os autos foram encaminhados à área demandante, no termo do Despacho NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (150367826).
- 3.2. Em resposta, a área demandante exarou Despacho NOVACAP/PRES/DE/DETEC (150462228) nos seguintes moldes:
- 3.3. Em suas razões, a empresa pugna por:

DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE	RESPOSTA DA ÁREA DEMANDANTE
<p>(...)</p> <p>II – SÍNTESE DOS FATOS</p> <p>O termo de referência menciona no item 10.5 a necessária apresentação de laudos, vejamos:</p> <p>A <u>Proponente deverá apresentar</u> também os seguintes registros, documentos e/ou laudos técnicos em nome da Fabricante:</p> <p>a) Registro da empresa e dos responsáveis técnicos (em plena validade) nos respectivos conselhos de classe CREA e CREF, acompanhado das respectivas carteiras de identidade profissional e comprovação de vínculos com os profissionais, indicados como responsáveis técnicos, na data prevista para entrega da proposta, podendo ser através do contrato social, cópia autenticada em cartório competente das páginas da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social pertinentes ao registro do funcionário, ou, contrato de prestação de serviço autônomo com firmas das partes.</p> <p>b) Termo de garantia dos equipamentos ofertados contra defeitos de fabricação (em geral), declarando que é assistência técnica ou possui</p>	<p>10.5. A Proponente deverá apresentar também os seguintes registros, documentos e/ou laudos técnicos em nome da Fabricante:</p> <p>a) Registro da empresa e dos responsáveis técnicos (em plena validade) nos respectivos conselhos de classe CREA e CREF, acompanhado das respectivas carteiras de identidade profissional e comprovação de vínculos com os profissionais, indicados como responsáveis técnicos, na data prevista para entrega da proposta, podendo ser através do contrato social, cópia autenticada em cartório competente das páginas da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social pertinentes ao registro do funcionário, ou, contrato de prestação de serviço autônomo com firmas das partes.</p> <p><u>Resposta ao item "a":</u> Considerando a necessidade de acompanhamento e atendimento das normas técnicas por profissionais habilitados, informamos que se faz fundamental o registro da empresa e de seus responsáveis técnicos nos respectivos conselhos de classe. Portanto, a exigência será mantida.</p> <p>b) Termo de garantia dos equipamentos ofertados contra defeitos de fabricação (em geral), declarando que é assistência técnica ou possui parceiro autorizado do fabricante e que disporá de estrutura técnica adequada (própria ou terceirizada) para prestar o serviço pelo período mínimo de 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante (se superior), a partir do recebimento definitivo do objeto, por parte da Fiscalização da NOVACAP.</p> <p><u>Resposta ao item "b":</u> A garantia contratual de produtos e serviços está prevista no Código de Defesa do Consumidor, artigo 50 - parágrafo único:</p> <p><i>Art. 50. A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.</i></p>

parceiro autorizado do fabricante e que disporá de estrutura técnica adequada (própria ou terceirizada) para prestar o serviço pelo período mínimo de 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante (se superior), a partir do recebimento definitivo do objeto, por parte da Fiscalização da NOVACAP.

c) Laudo Técnico de Ergonomia e Biomecânica dos equipamentos, certificado por profissional(is) da área, credenciado(s) em órgão regularizador competente devidamente identificado com papel timbrado da empresa fabricante.

d) Laudo do fabricante de Registro de Qualificação de Procedimento de Soldagem (RQPS), atestando a padronização e a validação do processo de solda, emitido por instituição competente.

e) Certificado de Regularidade válido do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP), conforme enquadramento da Instrução Normativa do IBAMA vigente.

f) Licença de Operação vigente do fabricante emitida pelo órgão responsável do Estado

Parágrafo único. O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.

Assim, informamos que tal exigência busca atender ao interesse público a fim de manter a funcionalidade e o bom estado dos espaços de lazer. Portanto, a exigência será mantida.

c) Laudo Técnico de Ergonomia e Biomecânica dos equipamentos, certificado por profissional(is) da área, credenciado(s) em órgão regularizador competente devidamente identificado com papel timbrado da empresa fabricante.

Resposta ao item "c": Os laudos exigidos visam avaliar os possíveis riscos ergonômicos físicos para os usuários, auxiliando na mitigação e/ou eliminação de tais riscos, em busca do bem-estar e saúde dos usuários. Portanto, a exigência será mantida.

d) Laudo do fabricante de Registro de Qualificação de Procedimento de Soldagem (RQPS), atestando a padronização e a validação do processo de solda, emitido por instituição competente.

sede da empresa com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes.

Ocorre que a solicitação referente ao item exposto é abusiva e imprópria, afetando diretamente o princípio da livre concorrência e a busca da proposta mais vantajosa a administração pública, restringindo a participação de inúmeras empresas.

(...)

IV – DO PEDIDO

a) Exposto isto, e para que se atenda ao princípio da legalidade, ampla concorrência e razoabilidade, além da Lei 14.133/2022, bem como para que exista competitividade justa e imparcial, requer a alteração do Edital, retificando e retirando, a exigência do Edital no item 10.5.

(...).

Resposta aos itens "d": O Registro de Qualificação de Procedimento de Soldagem (RQPS) diz respeito à qualidade e melhores práticas na execução de soldas durante os processos de fabricação que envolve elementos metálicos. Tal exigência visa garantir que a segurança e qualidade dos equipamentos. Portanto, a exigência será mantida.

e) Certificado de Regularidade válido do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP), conforme enquadramento da Instrução Normativa do IBAMA vigente.

Resposta ao item "e": Segundo a Lei 66.938/1981, toda empresa que seja potencialmente poluidora e utiliza recursos ambientais necessita de certificado que comprove a regularidade de suas atividades. Um desses certificados é o de Regularidade do IBAMA, comumente cobrado em licitações públicas. Assim sendo, deverá ser apresentado o certificado mencionado ou a comprovação de dispensa do mesmo pelo órgão emissor. Portanto a exigência será mantida.

f) Licença de Operação vigente do fabricante emitida pelo órgão responsável do Estado sede da empresa com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes.

Resposta ao item "f": Quem precisa do licenciamento ambiental?

A resolução Federal [Conama 237](#), emitida em 1981, especifica o procedimento para o licenciamento ambiental, junto com a Lei 997 de 1976 descrevem as atividades com obrigatoriedade no licenciamento ambiental.

Dessa forma, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) aponta que os negócios que estão passíveis a isso

são os que se encaixam nas categorias de agricultura, mineração, transporte, florestas, caça, indústrias, pesca, urbanismo, lazer, serviços, obras civis, biotecnologia e empreendimentos turísticos.

Diante do exposto, deverá ser apresentada a licença mencionada ou a comprovação de sua dispensa pelo órgão emissor. Portanto a exigência será mantida.

Após análise deste Departamento Técnico e com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, entende-se pelo não acolhimento da Impugnação (150367702) ao Edital.

4. CONCLUSÃO

4.1. Com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, e após a análise da alegação apresentada pela Impugnante, conclui-se pelo **não acolhimento** da impugnação ao edital.

4.2. A presente resposta à impugnação ao Edital ficará disponível e divulgada nos seguinte endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp> (sistema Licitacoes-e).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Departamento de Compras**, em 05/09/2024, às 19:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **150428099** código CRC= **8EBA399C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Site - www.novacap.df.gov.br